

## Marx e a Experiência Socialista

É certo e bem sabido que Marx e Engels previram a necessidade de uma gestão planificada do processo produtivo como consequência da revolução socialista. É possível encontrar as características do socialismo – e do comunismo no sentido de uma sociedade do homem emancipado, sujeito da história – em *O Capital*, a obra econômica mais importante de Marx?

A resposta tem de ser cuidadosa porque, para Marx, a história não pode ser determinada teoricamente. Ela é feita pelos homens nas condições encontradas e segundo as possibilidades dadas pelo desenvolvimento anterior. A teoria pode apenas determinar necessidades pressupostas e, no máximo, tendências. Como é sabido, Marx não levou a sério as tentativas de “*produzir receitas para a cozinha do futuro*”. Entretanto, ele também aproveitou as experiências históricas, como a Comuna de Paris (1871), para pensar as configurações possíveis do socialismo.

Na seção sobre fetichismo do primeiro capítulo de *O Capital*, Marx apresenta essa sociedade do futuro por meio de algumas características:

*“O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu quando, como produto de homens livremente associados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa”*<sup>1</sup>.

Todas essas características, no entanto, devem ser vistas como negações de características da sociedade atual – e não como construtos criados pela cabeça imaginosa do autor ou ainda como previsões sobre o curso da história, as quais decorreriam de um saber sobre uma suposta lógica que presidiria o desenrolar dos acontecimentos.

Como entender, pois, de modo mais específico, essas características?

O que entender por “sociedade transparente”?

Resposta: Ora, no modo de produção capitalista as relações sociais se dão por meio das coisas, de tal maneira que estas coisas assumem, por isso mesmo, uma forma fantasmagórica. Eis, pois, que uma sociedade transparente vem a ser aquela em que o fetiche da mercadoria e do dinheiro foi já abolido. Isto implica, pois, a supressão da forma mercadoria e da forma dinheiro dos produtos do trabalho.

---

<sup>1</sup> Karl Marx, *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, Vol. I, Tomo I, 1983, p. 76.

O que entender por “processo de produção material” como “produto de homens livremente socializados”?

Resposta: No modo de produção capitalista, os homens estão submetidos a relações sociais que se reproduzem autonomamente e de modo independente de sua vontade, e que os oprimem. Para Marx, essa relação de coerção é, sobretudo, a relação de capital, ou seja, a relação entre o capital e o trabalho assalariado. Ora, o socialismo (e, mais ainda, o comunismo) consiste para ele na supressão história dessa relação, de tal modo que os homens podem agora se associar voluntariamente para produzir, consumir, etc.

O que entender por “processo de produção planejado”?

Resposta: No modo de produção capitalista, o processo de produção material é autotélico, ou seja, a produção se desenvolve na dependência irresistível da acumulação de capital. Já na sociedade futura, as necessidades de consumo são determinadas *ex-ante* em relação à produção; passa-se assim de um sistema baseado na “produção pela produção” para um sistema fundado na “produção para o consumo”.

O que entender por “sociedade racional”?

Resposta: Simplesmente, uma sociedade que seja despida de qualquer caráter místico, limpa de qualquer inconsciente social, e que seja, portanto, produto da razão.

De um ponto de vista teórico, a questão de saber o que viria a ser, precisamente, um processo de produção planejado, consistente com os termos da negação do capitalismo, foi questionado pela raiz. Transformou-se na questão de saber se o processo de produção planejado seria mesmo algo possível numa economia altamente complexa<sup>2</sup>.

Já em 1920, o pensador liberal von Mises afirmou que a economia planejada não poderia jamais ter a mesma eficiência econômica da economia capitalista. Para funcionar de um modo eficiente, argumentava ele, uma economia complexa precisa conter um modo de considerar a escassez relativa dos recursos e dos bens disponíveis para o consumo produtivo e para o consumo final. Ora, esta é precisamente a função dos preços que se formam num mercado livre. Sem eles, dizia ele, a economia planejada produziria grandes desperdícios e não seria capaz de equilibrar a oferta e a demanda de bens e serviços.

Eis que sem um processo de formação de preços, uma economia moderna não poderia funcionar. Mas não seria possível obter os preços matematicamente, a partir dos dados do problema, ou seja, a partir do conhecimento das preferências dos consumidores, das técnicas de produção existentes e dos volumes de recursos primários, trabalho e terra, disponíveis?

Dois outros pensadores liberais, Hayek e Robbins, já década dos anos 30, argumentaram então que essa possibilidade era apenas teórica. Na prática, tal cálculo seria impossível por dois motivos. Primeiro, porque o sistema de equações necessário para resolver o problema seria

---

<sup>2</sup> O resumo que se segue baseia-se no capítulo sobre a teoria do planejamento do livro de Cláudio Napoleoni, *O pensamento Econômico do Século XX*. Barcelona: Oikos-tau, 1968.

imenso e, por isso mesmo, intratável do ponto de vista do cálculo numérico. Em segundo lugar, porque o sistema de equações exigiria informações de um mundo inerentemente mutável, as quais ficariam superadas antes mesmo que um eventual resultado – ou seja, um vetor de preços – pudesse ser obtido.

A resposta socialista deu-se por dois caminhos:

Oskar Lange aceitou os termos do debate proposto pelos liberais, argumentado que seria possível construir uma réplica algorítmica e centralizada do mercado. Aceitou, assim, que os preços teriam de ser concebidos como índices de escassez relativa, julgando que eles poderiam ser obtidos por um órgão central de planejamento que operasse por meio de um procedimento cálculo que se baseasse num processo de *tatônement*, supostamente semelhante ao do mercado. Ou seja, dado um conjunto inicial de preços, estes iriam sendo reajustados para cima ou para baixo conforme fosse observado excesso de demanda ou excesso de oferta nos pontos de distribuição do sistema. Desse modo, o órgão central de planejamento faria o sistema econômico se mover em torno de um suposto equilíbrio, tal como ocorre com a economia mercantil.

Maurice Dobb, por outro lado, rejeitou os termos da crítica liberal, negando que o problema da escassez tal como apresentado tivesse relevância numa economia socialista. O permanente problema de ajuste entre oferta e demanda, argumentou, surge numa economia capitalista porque a ela é anárquica, porque as decisões de investimento e de produção são tomadas de modo descentralizado. A vantagem possível de uma economia socialista estaria, então, em que ela seria capaz de obter a coordenação das decisões de produção, distribuição e consumo de um modo *a priori*, por um meio de um plano que se impõe como imperativo para todos no sistema econômico.

Para os dois autores citados, a economia socialista seria mais eficiente do que a economia capitalista. Para Lange, porque a primeira poderia coordenar melhor a oferta e a demanda de bens de serviços. Para Dobb, porque a economia socialista não seria anárquica e não estaria sujeita às crises de superprodução inerentes à economia capitalista. Ambos pensaram o socialismo como um sistema econômico centralmente planejado.

Entretanto, Hayek posteriormente lançou no debate um argumento mais poderoso a favor da economia de mercado capitalista. O sistema econômico moderno, segundo ele, é um sistema complexo que opera necessariamente, como todo sistema complexo (por exemplo, o cérebro, a cidade, etc.), de modo descentralizado. Os agentes são heterogêneos e as interações entre eles são heterogêneas. As ações e interações dependem de informações que apenas estão disponíveis localmente e que jamais poderiam ser centralizadas. O funcionamento do sistema econômico depende da iniciativa, da criatividade e da liberdade desses agentes no emprego dos conhecimentos dispersos e da capacidade deles em descobrir oportunidades locais e em perseguir fins particulares de modo eficiente, com eficácia. A coordenação de um sistema complexo – segundo Hayek – tem de ocorrer, necessariamente, por um processo de auto-organização que é inerentemente anárquico. Este processo depende de correções descentralizadas de hiatos de quantidade, de preço, de capacidade, etc. – ou seja, de uma infinidade de processos de realimentação que ocorrem de modo espalhado – os quais se somam e se combinam sem um governo central.

Deixemos para fazer depois uma crítica sumária da idealização de Hayek. É hora de falar da experiência soviética. Será que o seu conhecido fracasso se constitui, efetivamente, numa prova cabal de que os argumentos liberais estavam corretos?

Antes de tudo, é preciso notar que Marx diz no trecho anteriormente citado, explicitamente, que a construção do socialismo (e do comunismo) requer “*uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência*”, as quais – notamos – não existiam em nenhum dos países em que se tentou construir o socialismo. Teriam os socialismos fracassados por essa razão? Ainda que a falta de pré-condições possa ter tido um papel na explicação dos descaminhos das experiências socialistas, diante dos termos do debate teórico posterior, essa questão não precisa ser aqui considerada, já que nele se chega a questionar, em última análise, a própria possibilidade de uma economia planejada.

Para prosseguir, precisamos mostrar que o socialismo soviético foi construído a partir de uma interpretação dos escritos de Marx e Engels, mas também a partir de uma concepção de sistema de produção que Lenine tirou justamente dos sistemas capitalistas avançados. Lenine, após a Revolução de Outubro, argumentou que era preciso estudar a administração científica de Taylor para empregá-la na indústria soviética:

*“O sistema de Taylor” – disse ele – “como todo progresso capitalista, é uma combinação da brutalidade refinada da exploração burguesa com um certo número de grandes realizações científicas no campo da análise dos movimentos mecânicos durante o trabalho, a eliminação dos movimentos supérfluos e complicados, a elaboração dos métodos corretos de trabalhar, a introdução do melhor sistema de avaliação e controle, etc. A República Soviética deve a todo custo adotar todos os desenvolvimentos da ciência e da tecnologia nesse campo. A possibilidade de construir o socialismo depende exatamente de nosso sucesso em combinar o poder soviético e a organização soviética com as realizações avançadas do capitalismo. Devemos organizar o estudo e o ensino do sistema de Taylor na Rússia, procurando sistematicamente adaptá-lo aos nossos fins”<sup>3</sup>.*

Ora, a grande empresa capitalista do começo do século, a grande empresa dita taylorista e fordista, estava organizada explicitamente sob o princípio da hierarquia rígida, do comando administrativo e do planejamento centralizado. Este tipo de empresa foi reproduzido na União Soviética sob o comando, agora, não de uma gerência profissional pró-mercado, mas dos quadros gerenciais e da burocracia do Partido Comunista da União Soviética. Nos países capitalistas, entretanto, as empresas como expressões de capitais particulares submetiam-se à disciplina da concorrência que atua por meio dos mercados. Diferentemente, nos países socialistas, elas foram organizadas de um modo abrangente, sob os mesmos princípios de comando e centralização antes mencionados, como se fossem departamentos de uma grande fábrica. Uma fábrica que englobava o sistema econômico como um todo! Daí – convenham –, não podia resultar mais do que um sistema de produção coercitivo, sufocante e totalitário.

Eis que o sistema de produção soviético, no início do processo de industrialização, foi razoavelmente eficiente e eficaz, ou seja, foi capaz de produzir um grande avanço nas forças

---

<sup>3</sup> Citação de Harry Braveman, *Labor and Monopoly Capital*. New York: Monthly Review, 1974, p. 11. Ref.: Tarefas imediatas do governo soviético.

produtivas num curto espaço de tempo. A partir de uma opção estratégica de sacrificar o consumo para carrear a maior quantidade possível de recursos para gerar um crescimento acelerado da indústria de base e da infra-estrutura (da indústria militar em particular), a gestão centralizada e burocrática do processo econômico afigurou-se, apesar da tragédia em termos humanos, como bem sucedida do ponto de vista econômico. A consistência das decisões e dos resultados, dos resultados entre si mesmos, nessa fase, parecia fácil de alcançar. Com o próprio desenvolvimento da riqueza e, em consequência, da complexidade do sistema econômico, entretanto, as decisões de alocação de recursos tornaram-se mais críticas, de tal modo que as deficiências do sistema soviético de gestão centralizada começaram a se manifestar. Em síntese, passou a existir uma desarmonia crescente entre as decisões do comando central e os resultados microeconômicos reais.

É sabido que o sistema soviético entrou em grandes dificuldades com o advento da chamada terceira revolução industrial que veio transformar de modo radical, extensiva e intensivamente, os sistemas de informação das sociedades contemporâneas. A produção em geral deixou de se sustentar no fechamento dos processos produtivos no interior das unidades de produção (fazendas, fábricas, etc.) e passou a depender, crescentemente, da apropriação da chamada inteligência coletiva que situa em parte num espaço coletivo e público. A geração de riqueza tornou-se menos dependente da administração do tempo de trabalho e passou a se sustentar na apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos que são empregados durante o tempo de trabalho. O bom funcionamento seja do sistema econômico com um todo seja de suas unidades de produção passou a requerer um emprego eficiente da informação e do conhecimento em todos os processos de trabalho particulares, os quais se multiplicaram e se imbricaram, mais e mais, na economia moderna.

Antes de prosseguir, afigura-se bem importante notar aqui que Marx, já em meados do século XIX, inferira essa tendência de desenvolvimento da produção capitalista. Nos *Grundrisse* de 1857-1858 podemos ver que Marx já fala de algo que viria a ocorrer cerca de 150 anos depois:

*“Mas à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho utilizado, do que da força dos agentes que são postos em movimento durante o tempo de trabalho (...) A poderosa efetividade [desses agentes] por sua vez não tem mais nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção, mas [a criação da riqueza efetiva] depende antes da situação geral da ciência, do progresso da tecnologia, ou da utilização da ciência na produção”<sup>4</sup>.*

Não sabemos ainda quais serão todas as consequências dessa transformação revolucionária que se tornou evidente nas três últimas décadas do século XX. Sabemos já, entretanto, que a produção baseada na inteligência coletiva é incompatível com a gestão burocrática e com o comando hierárquico e centralizado. Esse modo de produção que está surgindo traz consigo um altíssimo grau de desenvolvimento das forças produtivas e se configura como algo que tem uma enorme complexidade sistêmica. O seu funcionamento requer, como pode notado nas modernas empresas capitalistas, alto grau de cooperação e de envolvimento emocional e intelectual dos trabalhadores. A chamada produção flexível e a chamada

---

<sup>4</sup> Citação de Ruy Fausto, *Marx: Lógica e Política*, vol. III. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 129.

administração por estratégia são tentativas de adequar as relações de produção capitalistas a esse novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas. São tentativas de adaptação que têm como objetivo manter a subsunção real do trabalho ao capital: a subsunção dita material (o trabalhador é apêndice da máquina) é substituída pela subsunção intelectual (o trabalhador se torna um servidor inteligente do sistema de produção inteligente). A coerção, então, tem de parecer não coercitiva; a cooperação determinada pelo comando do capital tem de afigurar como voluntária.

De certo modo, a economia capitalista foi capaz de desenvolver e se apropriar das novas tecnologias e dos novos processos tornados possíveis pela terceira revolução industrial. E isto pareceu comprovar as teses do liberalismo sobre o socialismo. As críticas liberais mostraram certas fraquezas do socialismo baseado no planejamento centralizado e na coordenação econômica ministrada de cima para baixo. Numa leitura não liberal dessas críticas, pode-se dizer que elas mostraram como as relações de produção coercitivas inerentes a essa espécie de socialismo acabaram sufocando o desenvolvimento das forças produtivas à medida que estas últimas foram se tornando cada vez mais sociais.

É hora, pois, de retornar a Hayek, um defensor contemporâneo da propriedade privada que tem uma aguda consciência da fraqueza do capitalismo contemporâneo e que quer defendê-lo, por isso, como uma ordem moral que deve ser conservada. Ora, as concepções de Hayek constituem-se numa pregação do conformismo. Ele faz uma defesa explícita da alienação – dizendo, por exemplo que a superstição faz um grande serviço para a humanidade, pois fornece motivações erradas para as ações certas – e, portanto, daquilo que ela encobre, ou seja, por exemplo, as contradições de classe do capitalismo. Se assim é, ele pode se restringir com resignação à aparência da sociedade e à ocultação da relação de subordinação do trabalho ao capital no âmbito da produção. Ele pode destacar a aparência mercantil do modo de produção capitalista – que é, segundo Marx, o verdadeiro éden dos direitos naturais do homem, ou seja, da liberdade, igualdade, propriedade e racionalidade. Ademais, ele se sente no direito de minimizar o papel do Estado tanto no desenvolvimento quanto na conservação do capitalismo para se referir ao caráter espontâneo tanto de seu evoluir histórico quanto de seu funcionamento – como se essa espontaneidade não fosse o produto da coerção sistêmica do capital. Eis que se restringindo à aparência da sociedade, o capitalismo afigura-se melhor do que o sistema soviético: num o sistema de comando é implícito, disfarçado, no outro o sistema de comando é explícito e, por isso, totalitário.

Entretanto, em nossa opinião, as teses de Hayek tem um núcleo científico e este se situa no próprio conceito de sistema complexo<sup>5</sup>. Ainda que esse conceito careça de precisão para tratar do sistema histórico existente e até hoje predominante, reflete características desse sistema que se tornam cada vez mais notáveis em seu processo de desenvolvimento. Fazendo abstração do

---

<sup>5</sup> Acreditamos que é possível absorver o conceito de sistema complexo na arquitetura conceitual de Marx. Um sistema social é dito complexo porque envolve unidades de decisão heterogêneas que interagem de maneiras também heterogêneas, dentro de determinadas relações sociais estruturais. Como tal, apresenta uma ordem estável, mas a sua estabilidade global se estabelece por meio de certa desordem no nível microsociai, de tal modo que seu movimento global vem a ser emergente, dependente de trajetória, sujeito à rupturas estruturais, tenha tendências, mas seja, rigorosamente, imprevisível. Acreditamos, ademais, que o desenvolvimento das forças produtivas possa ser sempre associado seja a um aumento do número de unidade de decisão que interagem entre si seja a um aumento da variedade dessas interações.

Estado e da crescente monopolização da produção, para funcionar, o capitalismo depende de processos autocorretivos descentralizados, os quais requerem, por sua vez, informações e conhecimentos que existem de modo descentralizado. Enquanto tal, vem a ser um sistema que entretete ações e interações heterogêneas entre si que ocorrem de modo disperso com base em iniciativas locais. Ora, esta consideração repõe o capitalismo como horizonte último da história? Justamente porque essa própria caracterização é insuficiente estrutural e historicamente, ousamos sustentar justamente o contrário.

Em primeiro lugar, até mesmo com o fim de evitar as catástrofes ambientais e humanas que aparecem como nuvens negras no horizonte, acreditamos que vem a ser necessário e mesmo imperativo suprimir politicamente, para usar um termo de István Mészáros, o sistema metabólico e descontrolado do capital. Sustentamos, em segundo lugar, que é possível construir uma economia socialista – não mercantil, portanto –, baseada em processos de homeostáticos, que funcione de um modo descentralizado e que tenha, em consequência, a propriedade da auto-organização. Sustentamos, em adição, que esse sistema não só é compatível, mas requer mesmo a existência de um sistema de planejamento e de regulação abrangente. Sustentamos, em terceiro lugar, que as forças produtivas ora em desenvolvimento não são mais congruentes com a relação de capital e com o trabalho assalariado que lhe é inerente – e assim também, portanto, com a manutenção do modo de produção capitalista. Como as crises tornar-se-ão mais cruéis e os períodos de estagnação mais persistentes, é de se esperar que o movimento social de contestação ao capitalismo possa ganhar impulso nos próximos anos. Se ele chegar a ser suficientemente radical poderá levar a vida social para além do capitalismo.

Para que as afirmações acima não pareçam gratuitas, torna-se agora necessário mencionar algumas das características substantivas deste sistema econômico socialista que pode vir a existir. Seguindo até certo ponto Michael Albert e sua concepção de “economia participativa”<sup>6</sup>, acreditamos que esse sistema será baseado na propriedade social dos meios de produção (a qual não se confunde nem com a propriedade privada nem com a propriedade estatal dos meios de produção). Dito de outro modo, nesse sistema não poderá haver extração de excedente com base na propriedade, mas deverá existir a propriedade de valores de uso pessoais ou familiares. Haverá unidades de produção (e distribuição) e de consumo e elas serão dirigidas sempre por conselhos democráticos, formados, respectivamente, por trabalhadores e por consumidores. Elas serão unidades de auto-gestão que operarão num ambiente cooperativo que não exclui algum grau de competição para obter bons resultados sociais. Este ambiente, porém, não será formado por mercados<sup>7</sup>. Não existirá mais trabalho assalariado, nem salário, mas apenas quota de participação no produto social.

Em todos os órgãos coletivos de trabalho, todos os trabalhadores terão funções múltiplas e diversificadas. A remuneração dependerá do esforço e do sacrifício, seguirá normas estabelecidas democraticamente, mas não deixará de ser questionada por um sistema homeostático que resolve o problema da informação. Este último terá a função de imprimir ao processo social de produção as condições de regulação que permitem a obtenção descentralizada da eficiência e da eficácia

---

<sup>6</sup> Michael Albert, *Parecon – Life After Capitalism*. Londres: Verso, 2003.

<sup>7</sup> A economia convencional identifica o mercado com a interação entre a oferta e a demanda. Na tradição de Marx, o mercado é espaço social em que são lançados os produtos do trabalho para serem alienados como mercadoria.

(ou seja, produzir mais com menor esforço e com mais qualidade). As relações entre as unidades de produção e consumo entre si não são de concorrência ou de luta pela sobrevivência, mas de cooperação voluntária. Todo o sistema funcionará com base em planejamento orientado de baixo para cima, ou seja, em planejamento participativo e descentralizado.

Dissemos que o modo de produção socialista não dependerá da existência de mercados. Isto poderá soar com um absurdo ou uma utopia para muitos. Eis que os mercados parecem arranjos institucionais eternos para todos aqueles que estão prisioneiros da prática do cotidiano na economia atual. Ora, os mercados enquanto tais configuram-se como uma necessidade apenas quando a produção é orientada pelo investimento e pela oferta, tal como ocorre no capitalismo. Nesse caso, a orientação da produção vem do capital e como este só existe por meio de múltiplos capitais, o mercado figura e tem de figurar como o lugar em que não apenas se enfrentam a demanda e a oferta, mas também como o lugar em que se materializa a concorrência capitalista. É também por essa razão que o socialismo de planejamento centralizado, em que o capital foi substituído pelo comando burocrático, nunca deixou de depender crucialmente da existência de mercados.

A produção em um socialismo realmente socialista, entretanto, como dissemos, terá de ser orientada pela demanda de consumo. É a demanda final que irá determinar o que, quanto, como e quando produzir. Todo o funcionamento do sistema produtivo terá de se basear em demanda planejada de modo descentralizado pelas unidades de consumo, segundo diferentes níveis de agregação das necessidades individuais e sociais. Os pedidos que surgirem desse processo terão de ser, então, comunicados às unidades de produção, as quais tiveram de se oferecer para atender, previamente, as preferências e as escolhas das unidades de consumo. Elas anunciaram e ofertaram bens e serviços segundo preços baseados numa contabilidade socialista<sup>8</sup>. Dessas unidades vieram, também, os ganhos projetados dos trabalhadores livremente associados. A partir da demanda projetada, as cadeias produtivas vão ser então acionadas. Nesse sistema, há também orientações gerais, mas estas nunca poderão determinar o que vai ser consumido. O papel do planejamento de mais alto nível será estabelecer regras gerais, parâmetros de comportamento e grandes metas. É preciso ver que um sistema como esse está se tornando cada vez mais viável por causa do intensivo e extensivo desenvolvimento da infra-estrutura de comunicação das sociedades nas últimas décadas. Ademais, este vem a ser o modo de tornar as relações de produção e as forças produtivas novamente adequadas entre si.

Se assim é, pode-se perguntar: é possível pensar ainda hoje numa sociedade que se funda em um processo de produção que seja transparente, planejado e racional, tal como proposto (ainda que num registro negativo) por Marx?

Pensamos que sim, mas talvez não exatamente de acordo com todos os pressupostos de Marx. Acreditamos que temos de ser menos otimistas do que ele. É possível pensar numa sociedade planejada cujo modo de ser e de funcionar não dependa da mercadoria, do dinheiro, etc – ou seja, de fetiches que se originam de um processo social cego e misterioso. Entretanto, se sabemos que a economia moderna tem uma complexidade irreduzível à centralização da

---

<sup>8</sup> Uma contabilidade, pois, que considera as possibilidades dos trabalhadores, assim como, até certo ponto pelo menos, as suas necessidades, as necessidades comunitárias, a necessidade de contribuir para fundos comuns, etc.

informação, e que o seu funcionamento põe problemas que não podem ser resolvidos inteiramente por meio de entendimentos diretos comunicativos, não podemos mais aspirar por uma sociedade sem algum grau de anarquia, simplesmente transparente. Isto não significa, entretanto, que se seja necessário se contentar com o modo de produção capitalista, assim como com sua tendência endógena e automática de expansão ilimitada. Significa, apenas, que as perspectivas de transparência, planejamento e racionalidade têm de ser mais modestas caso se pretenda construir um modo de produção socialista que seja viável e consistente com uma política radicalmente democrática. Notemos para finalizar que os processos sociais verdadeiramente voluntários, livres, não alienados apenas são possíveis numa economia socialista baseada em planejamento descentralizado.

Eleutério F. S. Prado  
Professor da USP  
<http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/>  
[eleuter@usp.br](mailto:eleuter@usp.br)